



EIXO 9- A CIDADE, LUGAR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

JARAGUÁ EFÊMERO: Um livro aberto para as transformações urbanas na Rua Sá e Albuquerque.

GOMES, ÍTALO M. DE O. M. (1); SILVA, PAULA L. F. (2) MEDEIROS, SILAS DA S. (3), CANDIDO, ANTONIO K. N. (4)

1. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Campus A. C. Simões, Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro dos Martins, Maceió – AL.
E-mail: italomonteiro005@gmail.com

2. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Campus A. C. Simões, Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro dos Martins, Maceió – AL.
E-mail: paulalouise93@gmail.com

3. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural - Centro Lucio Costa. Av. Pres. Vargas, 3131 ,14º andar, *endereço temporário. Cidade Nova, Rio de Janeiro - 20210-911
E-mail: silas_ssm@hotmail.com

4. Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Programa de pós-graduação em Gestão Pública. Rua Pedro Américo, S/N, Poço, Maceió - AL,57025-602
E-mail: antonio.candido@ichca.ufal.br

RESUMO

Este texto busca analisar as transformações efêmeras do espaço urbano que tem se caracterizado como ações educativas sem apropriar-se de um rigor técnico didático e sim visando uma relação mais aberta com a sociedade por meios diversos de conhecimento e identificação de atividades culturais. Parte de um estudo de caso da 9ª edição da Bienal Internacional do Livro de Alagoas, no ano de 2019, organizado pela Universidade Federal de Alagoas, realizado no bairro de Jaraguá, na cidade de Maceió-AL. Devido a sua relevância histórica e cultural, como um dos bairros gênese da cidade, região portuária e rota de acesso ao centro comercial, a área foi declarada patrimônio histórico pelo governo estadual em 1984, além de ser uma das Zonas Especiais de Preservação, determinado pelo Plano Diretor de Maceió (2005). Mesmo com essa importância, atualmente o bairro passa por um processo de esvaziamento populacional, descaracterização e abandono de imóveis de interesse patrimonial. Outro fato importante, é que a vitalidade do bairro no decorrer dos últimos anos ocorre apenas nos dias úteis e em horário comercial, ou durante datas festivas, como Carnaval e São João, tornando-se pouco frequentada para além desses horários. Este cenário foi alterado por meio de um evento, o único do Brasil organizado por uma universidade pública, sendo realizado, pela primeira vez em espaço aberto, na Rua Sá e Albuquerque, principal logradouro do bairro Jaraguá, em 2019. A partir do tema “Livro Aberto: Leitura, Literatura e Autonomia” novos equipamentos foram associados aos existentes. Museus, prédios abertos à visitação, praças e ruas se transformaram em cenários para debates, lançamentos de livros, oficinas, palestras, rodas de conversa, espetáculos de música, dança, teatro, contação de história e diversas outras expressões artísticas e culturais, que modificaram o espaço ao longo de 10 dias. O evento pode ser entendido como uma relação entre

sujeito, território e patrimônio, observando como uma ação a princípio de cunho institucional passou a se apropriar dos espaços públicos para trazer manifestações culturais diversas, proporcionando vivências pluralizadas que extrapolam a relação territorial. A metodologia utilizada para a pesquisa partiu de uma experiência etnográfica, onde os autores puderam vivenciar o espaço em momentos distintos, não só durante o período do evento, como também no cotidiano do lugar. Aqui será apresentada uma discussão sobre as potencialidades das transformações do espaço urbano como ação efetiva para a Educação Patrimonial, sendo considerada a ampla participação popular e a apropriação do território. A abordagem desta pesquisa levará o leitor a vivenciar o lugar através das suas dimensões tangíveis e intangíveis, destacando nesse processo uma possibilidade de Educação Patrimonial para identificação e apropriação dos bens culturais, por parte da sociedade no meio urbano.

Palavras-chave: Jaraguá; Evento; Transformação Urbana; Educação Patrimonial.

JARAGUÁ: PERÍODO EFERVESCENTE, ESTAGNAÇÃO E CULTURA

O envolvimento dos sujeitos para se pensar e modificar os espaços, insere-se em um campo que ganha cada vez mais o cenário das produções acadêmicas e das cidades ao se consolidarem por seus efeitos sustentáveis dentro de diferentes grupos sociais. A necessidade em compreender de forma mais detalhada os territórios, patrimônios e atores sociais, os quais encontram-se por vezes acortinados em suas “tradições”, está diretamente ligada a uma melhor articulação em produzir e compreender os centros “históricos”, discutindo conceitos e métodos que sejam possíveis a novas concepções do conhecimento e da dinâmica social.

Este artigo tem como objetivo analisar as transformações efêmeras do espaço urbano, que tem se caracterizado como ações educativas, mas sem um rigor técnico didático e sim, visando uma relação mais aberta com a sociedade, por meios diversos de conhecimento e identificação de atividades culturais. Parte de um estudo de caso da 9ª edição da Bienal Internacional do Livro de Alagoas, no ano de 2019, organizada pela Universidade Federal de Alagoas, realizada na Rua Sá e Albuquerque, no bairro de Jaraguá, na cidade de Maceió-AL.

Segundo os organizadores do evento, este não se dispõe a ser uma ação programada de educação patrimonial, o intuito seria apresentar atividades literárias amplas e diversificadas, trabalhando assim a educação, mas por um viés diferente do que é geralmente usado no contexto do patrimônio cultural. Neste, o local foi um dos focos de atenção ao contexto do patrimônio, sendo esse como já citado no bairro do Jaraguá, um local que invoca os sentidos do tangível por seu contexto de tombamento e do intangível pela sua relação simbólica de resistência do patrimônio na cidade.

Ainda no século XVIII, no início de sua formação, o bairro era caracterizado por uma pequena vila de pescadores e o ancoradouro do Jaraguá, porto natural da região. A proximidade ao bairro do Centro e a exportação de açúcar e madeira, impulsionou o desenvolvimento do bairro, o que levou a transferência da capital de Alagoas, que até então era Santa Maria Madalena da Alagoas do Sul, hoje Marechal Deodoro, para Maceió no ano de 1839 (CARVALHO, 2016). A partir do século XIX o bairro estava no auge de seu crescimento, sendo palco de construções importantes para a nova capital, como armazéns, sobrados, igrejas, bancos, lojas de variedades, além dos galpões de açúcar, também conhecidos como trapiches. A relevância histórica e cultural do bairro é percebida, seja pelas suas edificações e praças, como em seus logradouros. Além disso, foram construídos os ramais ferroviários e algumas pontes de desembarque para o porto, fazendo de Maceió uma região importadora de produtos ingleses e portugueses.

O começo do século XX é marcado pelo início da estagnação do bairro. Segundo Nascimento (2018), Oliveira (2009) e Souza (2016) diversos fatores influenciaram para a situação, destacando-se o pensamento higienista vigente na época, que junto a construção do Cais do Porto, em 1940, intensificou a mudança das famílias mais abastadas do bairro para outras centralidades, distante das praias. Nesse processo, o bairro passou a ter um caráter boêmio, atraindo prostíbulos, e como consequência afastando os investimentos da região, que passou a apresentar sinais de decadência.

Devido a tais problemáticas, o bairro foi tombado pelo governo estadual, em 1984, como uma tentativa de preservar os atributos patrimoniais existentes, conforme o Decreto Nº 6061 de 19 de novembro de 1984. Tal ato não impediu que as degradações ainda continuassem. Segundo Nascimento (2018), em 1993, uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Maceió e o Governo do Estado de Alagoas, por meio do Programa do Ministério do Turismo (PRODETUR/NE), buscou intensificar intervenções no bairro para promover o uso turístico, histórico e cultural. Nos primeiros anos de implementação houve resultados satisfatórios, mas com o decorrer do tempo o bairro voltou a apresentar a mudança do uso cultural para escritórios e estabelecimentos comerciais, o que resultou, ainda mais, no esvaziamento das ruas e uma vitalidade urbana restrita ao horário comercial, com exceção de eventos e datas festivas.

No ano de 2006, a Prefeitura de Maceió, por meio de seu Plano Diretor (MACEIÓ, 2006) determinou 5 Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEP), que compreenderam os bairros de: Jaraguá, Centro, Fernão Velho, Bebedouro e Pontal da Barra. Pondo em evidência para esse trabalho a ZEP - 01, onde as estratégias de proteção adotadas foram as mesmas presentes no tombamento estadual.

Ressaltamos aqui o conceito da “retórica da perda”, tratado por Gonçalves (1996, p. 89), fazendo referência às ações de preservação histórica nas sociedades nacionais, onde as narrativas “se configuram como resposta a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento”. Apesar da importância histórica e cultural e com a disposição de legislações de gestão e conservação, Jaraguá continua passando por um processo de esvaziamento e descaracterização dos seus imóveis históricos. Para Gonçalves (2007, p.07) “mais importante que preservar a casa, o lote, a quadra, o beco, a rua, a avenida, é preservar aquele que produziu todo esse patrimônio material, o cidadão”, capaz de materializar todo o conhecimento adquirido ao longo dos anos com seus antepassados, construindo o espaço onde vive.

Dessa forma partimos da problemática de que o reconhecimento de uma região através dos processos de patrimonialização, seja ele em qualquer esfera do poder público,

passa a ser fragilizado caso não possua ações efetivas que envolvam a população local. Levantamos a hipótese de que ações contínuas de caráter educativo, que envolvam não só os turistas que frequentam o bairro, mas principalmente os usuários e moradores do lugar passam a ter efeitos significativos sobre a preservação do patrimônio cultural do bairro, como fala Florêncio (2012 p.26) “No que se refere à prática educativa, é preciso considerar o patrimônio cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos”.

Diante desse contexto, o trabalho se detém às potencialidades das transformações do espaço urbano como ação efetiva para a Educação Patrimonial, sendo considerada a ampla participação popular e a apropriação do território urbano. Partimos de uma experiência etnográfica como instrumental metodológica, onde os autores puderam vivenciar o bairro, não só durante o período do evento, como também no cotidiano do lugar.

LIVRO ABERTO: LEITURA, LITERATURA E AUTONOMIA

A 9ª edição da Bienal Internacional do Livro de Alagoas, ocorrida em 2019 contou com uma expectativa de público estimada pela organização do evento em 250 mil pessoas, sendo ultrapassada e chegando a ser conferida por mais de 350 mil visitantes ao longo dos 10 dias de evento. A Bienal, que é organizada pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), ofereceu à população uma programação literária, artística e cultural diversificada.

Governo de Alagoas, Prefeitura de Maceió, Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), Secretarias Municipal e Estadual de Educação, instituições como Sesc, Sebrae, Senac, Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Universidade Estadual de Alagoas e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) estão entre os parceiros e apoiadores do evento.

Visando uma participação coletiva para a formatação da programação, a UFAL como organizadora lançou edital de chamada pública para seleção de propostas de atividades que resultaram em seminários, congressos acadêmicos, palestras, oficinas, mesas-redondas, contação de histórias, bate-papo e programação cultural, sendo selecionadas 194 propostas para execução durante a edição de 2019, que teve como tema Livro Aberto - Leitura, Liberdade e Autonomia.

Nomes de projeção local e nacional do cenário literário e político cultural, como os escritores Geovani Martins, Aline Bei, Gustavo Lacombe, Jarid Arraes e Amara Moira, a

monja Cohen Rōshi, a jornalista e mestra em políticas públicas Manuela D'Ávila e o vencedor do prêmio Jabuti, José Roberto Torero, marcaram presença na Bienal, em 2019.

Além da já tradicional venda de livros nos estandes, o público heterogêneo contou com atividades paralelas à programação principal, levando aos visitantes temáticas como a diversidade, além de uma homenagem a Moçambique, país africano e terra natal de estudantes da Ufal, mediante incentivo de programa institucional que possibilita a mobilidade acadêmica entre Brasil e Moçambique.

As ruas que formam o bairro são espaços de memória, lugares compostos por diferentes modos de apropriação, com dinâmica e realidade próprias. São espaços culturalmente moldados pelo homem, marcados pelos objetos urbanos, que por seu caráter histórico são passíveis de monumentalização e reificação, em prol de uma memória coletiva. Esses lugares estariam atrelados a ideia de preservação de uma história marcada no patrimônio palpável de uma cidade (LE GOFF, 1990).

O olhar e a experiência como espectador se consolida por meio dos diversos elementos presentes na paisagem regular do espaço, sem as ações resultantes do evento, bem como durante a realização deste. O espaço abriga diversos caracteres que preservam traços culturais relevantes à história do bairro, mas não apenas os acervos preservados pelos museus da localidade, as praças, igrejas e a arquitetura predominante. Jaraguá ocupa um lugar que perpassa a localidade meramente geográfica, integrando também o imaginário e a memória da população, pelos estabelecimentos comerciais que já funcionaram no bairro e que possuem um valor histórico, além das manifestações culturais sazonais verificadas na região.

A relação de apropriação permanente com o espaço alinha-se à necessidade de formatação de políticas públicas que referendam o espaço como um celeiro de cultura em Maceió e como defende Yúdice (2006, pág. 333), “a perda da transcendentalidade da cultura e a deslegitimação da liberdade criativa mudaram a lógica dos atores e das instituições culturais, em acordo com uma crescente e emergente atividade urbana”, processo pelo qual passa a localidade, que enfrenta um esvaziamento, a falta de revitalização, além da violência urbana no decorrer dos anos.

Visto que os eventos e manifestações culturais apresentam características que favorecem a vitalidade urbana e a apropriação do espaço, dedicou-se uma parte deste trabalho a estudar a relação da 9ª edição da Bienal Internacional do Livro de Alagoas como um meio da população interagir e se relacionar com o patrimônio histórico de sua cidade, observando como uma ação a princípio de cunho institucional proporcionou vivências pluralizadas que extrapolaram a relação territorial.

Utilizando o termo hospitalidade urbana, presente nos estudos de Bitelli e Bastos (2018), referente às manifestações culturais que acontecem no bairro do Bixiga, em São Paulo, sugere-se uma relação de vínculos entre o homem e o espaço social, categorizado pela cidadania, acessibilidade, legibilidade e identidade. Dessa forma, entendemos a cidadania “como garantia dos direitos individuais quanto ao uso da cidade” (BITELLI; BASTOS, 2018), onde a Bienal se faz ao estender suas atividades ao longo da rua, utilizando de feiras e exposições no espaço urbano, ocupando as praças para manifestações diversas, impactando todo o entorno. Enquanto acessibilidade, como a relação da mobilidade e acessibilidade universal, é visto pela magnitude do evento, desde a oferta de transporte público reforçado, como também a abertura das edificações ao acesso do público e de forma gratuita. A legibilidade, “como uma forma de ler a cidade, entendê-la, bem como sua relação com o passado e com a memória”, se faz nos destaques as edificações históricas, em seus diversos usos, seja expositivos ou com atividades culturais, como nas ruas e praças, por meio das feiras, shows e apresentações de grupos culturais locais. As relações de coesão social e pertencimento, que conferem ao conceito de identidade, é visto no decorrer da Bienal, com a presença do público constante no evento e nas apresentações culturais, como os grupos de folguedos da cidade.

No quesito vivência, um outro conceito utilizado para qualificar o evento foi o de Fontes (2013), a amabilidade urbana, que por meio de intervenções temporárias, torna o espaço público com qualidades físicas e sociais, resultado da soma entre o “contexto físico (espaço potencialmente atraente) com o contexto social (pessoas), que se unem através da presença da intervenção temporária” (FONTES, 2013, p.30). As intervenções proporcionam novas conexões entre as pessoas e o espaço urbano, “ao mesmo tempo que a intervenção interage com as pessoas, faz com que estas interajam entre si, aproximando-as, vitalizando as pessoas” (FONTES, 2013, p.32). Tal conceito é visto ao longo de como foi a Bienal e como as intervenções que ocorreram se relacionaram com as ruas e as edificações, favorecendo a vivência das pessoas com o bairro, aproximando a população ao seu patrimônio cultural.

AS TRANSFORMAÇÕES EFÊMERAS DA RUA SÁ E ALBUQUERQUE

Para pensar nas dinâmicas da cidade, Magnani (2002) faz aporte na etnografia urbana resgatando um olhar “de perto e de dentro”, que segundo o autor é capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles que não conhecem o lugar. Propõe-se aqui uma narrativa etnográfica do que foi vivenciado pelos autores não só durante o período da Bienal, como também a partir do cotidiano do lugar.

Destacamos nessa seção as formas de apropriação que aconteceram durante o evento e que mais nos chamaram a atenção, sendo elas: a ocupação das escadarias do prédio da Associação Comercial de Maceió para palestras, apresentações ou mesmo servindo para descanso; a Rua Sá e Albuquerque e suas Travessas, com interligação para os diversos espaços dedicado a Bienal, como também, a mesma servindo para apresentações, interações diversas dos stands e local de feiras; além da Praça Dois Leões, que se transformou em um palco cultural.

Evocando a “proximidade” com o lugar e a “abertura” dos espaços, partimos da amabilidade para a narrativa, considerando os dias em que Jaraguá foi transformado pela Bienal, como uma “qualidade do espaço amável, daquele que promove ou facilita o afeto e a proximidade” (FONTES, 2013), reduzindo o distanciamento presente no cotidiano.

Adentramos na rua Sá e Albuquerque em um flamar, perambulando com inteligência, como diria João do Rio. Uma perceptível mudança acontece nas edificações, nas ruas, praças e no entorno do histórico bairro. O lugar transformado nos remete aos tempos áureos, onde a rua repleta de pessoas, nos revela uma paisagem conhecida por nós através de registros fotográficos do século passado. A dinâmica e efervescência do evento garante uma movimentação pouco vista ao longo do ano, mesclando literatura e diversas expressões artísticas e culturais. A hostilidade das ruas pouco frequentadas pela população, em consequência do esvaziamento da localidade assegura que a transformação além de efêmera, é também impactante. Não trata-se, contudo, de um espaço formatado e estruturado para receber um evento, mas uma “acomodação” deste no espaço, tornando-se uma miscelânea de elementos tangíveis e intangíveis em constante relação.

Em dias comuns, parte da Sá e Albuquerque tem o percurso destinado ao transporte coletivo, além de veículos de pequeno porte, em sua maioria das pessoas que ali trabalham e transitam, que estacionam seus carros ao lado das calçadas, camuflando parte do casario existente. Durante o evento a via teve seu trânsito interrompido, dessa forma as calçadas e ruas tornaram-se uma só, e as pessoas podiam transitar livremente. Para suprir a necessidade da mobilidade urbana local houve a ampliação das linhas do transporte público, facilitando o acesso à localidade, que é considerada isolada e problemática do ponto de vista de segurança. A iluminação, que durante os dias comuns é feita pelos postes em ferro fundido adquiridos da fundição francesa Val d’Osn, no período do evento recebeu o reforço das gambiarras, onde a luz amarelada nos levava a sensação das festas de interior.

A rua, que abriga um público específico, em sua maioria trabalhadores das repartições instaladas na região, deu lugar a um público diverso, onde, considerando Fontes (2013) o espaço físico se transformou em um espaço social decorrente da intervenção. No

período da manhã, assim como durante a tarde, a Sá e Albuquerque era tomada em sua maioria por grupos escolares. O estacionamento do Jaraguá estava repleto de ônibus. Nas ruas ecoavam as vozes das crianças, que se encantavam e interagiam com os personagens dos livros infantis que tomavam vida no arruado.

Diversas edificações estavam com seus espaços expositivos abertos e as atrações se moldam conforme o público alvo. O Arquivo Público de Alagoas (APA), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA) foram alguns desses lugares. Além de abrigarem as exposições e atividades culturais para o evento, as edificações fazem parte da história do bairro, onde parte do patrimônio ferroviário pode ser materializado e vivenciado nos galpões do APA e do IPHAN, como também o antigo Consulado Provincial, onde hoje é o MISA.

A sua frente está a Praça Dois Leões, oficialmente Praça General Lavenère Wanderley, inaugurada em 1870, tendo o projeto feito pelo artista e pintor alagoano Rosalvo Ribeiro, com traços de jardins do estilo francês. A Praça recebeu uma réplica da Estátua da Liberdade e quatro estátuas animais, sendo um leão, um tigre, um lobo e um javali, em 1906. Em 1922, a estátua é substituída por um obelisco, trazido pelos heróis da independência, compondo a praça até os dias atuais.

Em uso corriqueiro, a praça, no horário de almoço, é ocupada por trabalhadores que utilizam do espaço para realizar suas refeições e da mesma forma que o bairro, a Praça Dois Leões têm seu uso restrito aos dias úteis, exceto em datas festivas. Durante o evento a praça tornou-se palco para apresentações artísticas, incluindo bandas, grupos de folgedos, dentre outros. Nela foi instalado um palco destinado às apresentações, em uma das ruas que a circunda estava um food park, e na outra rua tinha-se uma feira com estandes com artesanatos de localidades diversas do estado. Compondo esse cenário estavam as intervenções artísticas que coloriram tanto a pavimentação, como as paredes de algumas edificações.

A praça era um ponto em comum para quem utilizava e passava pelo evento, visto a proximidade com os estandes, muitas das apresentações tinham início na praça e chegavam por fim na Associação Comercial, como os grupos de maracatu, que utilizavam a rua como uma passarela para o show. As múltiplas atividades e intervenções na praça acabam por atrair as pessoas, e um local antes subutilizado, passa a ser visto e ocupado pela população, havendo uma troca entre o espaço públicos, as atividades e os que prestigiam o evento de forma direta ou indireta.

Ilustração 01: Praça Dois Leões servindo de palco para apresentações culturais.



Fonte: Bienal Oficial, ano 2019.

Mais adiante está o Trapiche Novo, atualmente conhecido como Espaço Armazém. Seu uso em dias comuns é destinado a locação de eventos, como casamentos, ações corporativas, shows, entre outros. Durante a Bienal o espaço foi destinado a feira de livros, onde os salões vazios do galpão deram espaço para um labirinto de livros dos mais variados temas. Mas além da feira, aquele espaço com o pé direito alto, paredes descascadas em tijolos batidos, o piso de cimento queimado, e as grandes janelas, contam um pouco daquela edificação, construída em 1896 servido como armazém para a indústria açucareira, sendo um dos Trapiches mais importantes para a economia da época (OLIVEIRA, 2009).

Ilustração 02: Interior do Espaço Armazém destinado a feira de livros.



Fonte: Bienal Oficial, ano 2019

A edificação da Associação Comercial de Maceió, construída em 1928, com projeto arquitetônico do arquiteto italiano Luiz Lucarini possui influência neoclássica, com as quatro fachadas ornamentadas com elementos greco-romanos, como as colunas altas, além da fachada principal possuir um frontão que a destaca. A edificação é um dos monumentos

históricos do bairro que mais chama a atenção devido sua imponência em meio a paisagem, comumente visitada por turistas e confundida como a edificação mais antiga do bairro é, também, sede do Museu do Comércio de Alagoas, com um acervo composto por itens do século XX.

Mesmo com o destaque de sua arquitetura e importância histórica para a cidade, pouco se vê das apropriações da população ao prédio, salvo pelas fotos de formaturas que já se tornaram uma tradição na cidade, onde as turmas se posicionam nas escadarias para o registro das fotos que irão compor os convites, ou solenidades que acontecem na edificação. No entanto, tal cenário foi modificado durante o evento, onde teve seus usos intensificados. Os salões foram abertos para exposições, assim como a venda de produtos de artistas locais. Não só isso, aproximou a população a conhecer os espaços internos da edificação, visto que antes muitos não se sentiam à vontade para entrar naquele espaço com arquitetura requintada, puderam então conhecer com um novo olhar a história da construção e desenvolvimento de sua cidade.

Ao longo do evento, a edificação da Associação Comercial foi sediada, primeiramente, em seus auditórios, com palestras e encontros. Dado a tamanha procura e capacidade restrita dos espaços, as palestras foram relocadas para as escadarias voltadas para a Rua Sá e Albuquerque, que devido a altura em relação a rua, permitia que o palestrante estivesse em um ponto focal privilegiado, podendo o público ver e ser visto. Dessa forma as escadas que antes exerciam a função de conexão da edificação à rua, passa a ser um local de descanso, onde as pessoas se sentam enquanto aproveitavam o evento, ponto de encontro entre conhecidos, além de ter se tornado um dos palcos principais do evento.

Ilustração 03: Vista da Associação Comercial a partir da Rua Sá e Albuquerque.



Fonte: Renner Boldrino, ano 2019.

Com isso, entendemos que durante o evento, a edificação ultrapassa a materialidade característica da arquitetura e de usuários específicos. Passa a ser democrática e viva, ocupada, movimentada, e o que antes eram espaços vazios, salvo eventos específicos, passam a interagir e entrar na memória da população.

As travessas e becos do Jaraguá oculta no dia a dia da cidade, seja pela falta de uso no local, como seu aspecto inseguro e não convidativo, durante o evento passaram a ter outro significado, sendo ocupados por feiras tornando possível o aquecimento comercial da localidade, atualmente enfraquecido, com venda de peças de artesanato, livros e comida.

No período da noite a maioria do público era formado por jovens e adultos, muitos saiam do trabalho e estendiam a programação pela rua, sendo essa capaz de conectar as pessoas e possibilitar a construção da memória e a necessidade de apropriação do espaço.

Anoitecer na Bienal em Jaraguá e contemplar as ruas lotadas trouxe um entendimento de que a apropriação dos espaços, do lugar e, com isso, a construção de memória, caminham juntamente com ações e políticas públicas que tornem essa interação possível, ainda que seja efêmera, como foi o caso da Bienal de Alagoas.

A RUA COMO LUGAR PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, a educação patrimonial é

uma atividade indissociada do patrimônio cultural. Necessário, assim, proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras, como também visa desenvolver atividades de educação patrimonial.

Assim o órgão vem discutindo desde sua criação na década de 1930 ações de educação, ainda muito vinculado a relação com os museus e seu contexto pedagógico, só na década de 1970 essa questão de foi tomando mais ênfase com a Fundação Nacional Pró-Memória (Fundação que incorporou o SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN), mas só na década de 1980 iniciou o uso da expressão “Educação Patrimonial” onde se destacaram projetos com esse tema (FLORÊNCIO, 2012).

No decorrer do pensamento da preservação do patrimônio cultural a educação sempre se fez presente, pois foi uma atividade integrante desde o início do desenvolvimento preservacionista ao ponto que se identifica a ideia de que “[...] só se preserva o que se conhece” (OLIVEIRA, 2011, p. 3 apud SIVIERO, 2015, p. 83), mesmo que a expressão “educação patrimonial” e atividades específicas tenham sido incorporadas décadas depois da criação do IPHAN.

Quando falamos em educação patrimonial hoje podemos suscitar um contexto amplo de relação entre os bens culturais e a sociedade, adotando formas educativas diversas com ênfase em entender, reconhecer e apropriar-se desses bens, assim o IPHAN pela portaria nº 137, de 28 de abril de 2016 entende como educação patrimonial:

os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016, p. 6).

Ao observamos a evolução no pensar da educação patrimonial e as práticas não formais, trazemos neste artigo uma visão de possibilidades, pois o evento da Bienal Internacional do Livro de Alagoas de 2019 nos aponta ideias das transformações efêmeras do território à medida que desenvolve práticas de ampliar o conhecimento a partir de um olhar novo sobre as formas de ocupar, observar e interagir com o espaço, como fala Florêncio (2012) em seu artigo:

A Educação Patrimonial, pensada como campo específico de políticas públicas para o patrimônio cultural, superou as ações centradas nos acervos e construções isoladas para a compreensão dos espaços territoriais como um documento vivo,

passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas. Deve, portanto, ser entendida como eficaz em articular saberes diferenciados e diversificados, presentes nas disciplinas dos currículos dos níveis do ensino formal e, também, no âmbito da educação não formal. (FLORÊNCIO, 2012, p 23)

A Bienal é um grande evento com ênfase em literatura e educação, mas que expande seus horizontes à medida que engloba diversos aspectos da cidade e por consequência evidencia os bens culturais. Nesta edição podemos ver como já citado anteriormente o uso do território e suas transformações e amostras de diferentes aspectos culturais como presença de apresentações de folguedos, exposição de arte e feiras que possibilita uma vivência da sociedade com os múltiplos bens culturais.

Ilustração 04: Grupo de crianças saindo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas.



Fonte: Bienal Oficial, ano 2019.

À medida que a bienal e a sociedade coexistem em um bairro histórico com a presença de diversas manifestações culturais, podemos dizer que essa sociedade se torna agente do patrimônio, pois é desenvolvida uma memória e uma identificação individual que atua como forma de socialização e divulgação do patrimônio vivenciado. Com esse aspecto social podemos atribuir a educação patrimonial como:

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados[...] (HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E., 1999)

É importante salientar que o evento não age como uma formação tradicional de educação patrimonial, mas quando vemos uma diversidade social imensa vivenciando aspectos da cultura de inúmeras formas, podemos discutir essa ideia de que a educação patrimonial está além de salas de aula e palestras específicas pois o IPHAN discute que “[...] as ações educativas voltadas para a preservação devem contribuir para a formação de sujeitos ativos e livres na construção de sua própria vida e da dimensão coletiva a ela inerente” (IPHAN, 2005, p. 4).

Contudo é papel da educação patrimonial a importância de nos identificarmos como seres sociais, que conhecem e assumem sua identidade cultural e busca não excluir o outro desse contexto tornando-se assim seres transformadores, criadores e realizadores de sonhos (FREIRE, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os centros históricos assumiram uma posição central no espaço urbano, proporcionando que o passado seja refuncionalizado por meio de ações que podem variar desde políticas de reordenamento urbano, estetização das paisagens, monumentalização das arquiteturas, ações de caráter educativo, ou até reinventando tradições.

Por mais que a Bienal não tenha tido como foco central a valorização, ou até, uma educação patrimonial, mas ao ser sediada em um bairro histórico contribuiu para que os bens culturais fossem destacados e divulgados. Com isso, foi possível a aproximação e apropriação da população aos seus bens culturais.

A 9ª edição da Bienal Internacional do Livro de Alagoas, com seu tema “Livro Aberto: Leitura, Literatura e Autonomia”, ultrapassou a esfera de um evento cultural destinado a apenas a literatura, por ser uma bienal organizada por uma universidade federal, a Universidade Federal de Alagoas, e seu caráter gratuito, somado a sua realização nas ruas do Jaraguá, possibilitou a abrangência do evento para diversos tipos de públicos e um caráter mais acessível, democrático e livre. Tal fato pode ser notado, pela estimativa do público, sendo a de 250 mil visitantes e alcançando a marca de 350 mil visitantes, durante os 10 dias do evento.

Além dessa maior acessibilidade, a programação organizada pela UFAL, visava um panorama diverso de atividades, e nomes de renome local e nacional, a tradicional venda de livros, e de uma infraestrutura, indo desde o reforço do transporte público, como o fechamento e decoração da rua Sá e Albuquerque, dedicados ao evento, fomentaram ainda mais a presença de um público heterogêneo.

Em suma podemos salientar que as transformações efêmeras no espaço a partir do evento da Bienal, nos leva a pensar um caminho de novas possibilidades a serem desenvolvida pela educação patrimonial, pois o ato de vivenciar a cultura pode ser entendido como ação de educação, de formação de um ser social e de construção identitária pela visão do patrimônio. Portanto a Bienal é um exemplo claro que eventos mesmo não especificamente voltados ao patrimônio podem ser interpretados como ação de educação patrimonial e desse modo ser uma importante ferramenta de preservação.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. DECRETO LEI Nº 6.061/84, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1984. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco/es/patrimonio-cultural/principal/legislacoes/decret-o-no-6061-1984>>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

BITELLI, F. M.; BASTOS, S. R. . HOSPITALIDADE E ESPAÇO PÚBLICO: APROPRIAÇÃO, RENOVAÇÃO E TRADIÇÃO NO BAIRRO DO BIXIGA/SP. In: **XI Encontro Regional Sudeste de História Oral**, 2015, Niterói/RJ. Dimensões do público: comunidades de sentidos e narrativas políticas, 2015.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial**: um processo de mediação. In: Átila Bezerra Tolentino. (Org.). **Educação Patrimonial: um processo de mediação**. 1ed. João Pessoa - PB: , 2012, v. 2, p. 1-99.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

_____. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Petrópolis: Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999. v. 01. 65p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria 137**, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 81, p. 6, 29 abr. 2016.

_____. **Sociedade e educação patrimonial**. 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial. Sergipe. 2005. 5p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP, Editora da Unicamp, 1990.

MACEIÓ. **Lei Municipal Nº 5486 de 30/12/2005**. Plano Diretor do Município de Maceió, Maceió, 88p, 2005.

_____. **Lei Municipal Nº 5.593, de 08 de fevereiro de 2007**. Código de Urbanismo e Edificações de Maceió, Maceió, 172p, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2002, vol.17, n.49, pp.11-29.

NASCIMENTO, Vinicius Silva. **HABITAR O PATRIMÔNIO: PROPOSTA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL PARA O TRAPICHE JARAGUÁ EM MACEIÓ/AL**. Trabalho Final de Graduação. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

OLIVEIRA, Daniella Christina do Carmo. **Arquitetura e "Comércio de Estiva" em Jaraguá: Uma análise a partir do prédio do Sindicato dos Estivadores**. Trabalho Final de

Graduação. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

SANSÃO FONTES, Adriana. **Intervenções temporárias, marcas permanentes. Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea.** 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. v. 1. 398p.

SIVIERO, F. P. **Educação e patrimônio cultural:** uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. Revista CPC, [S. l.], n. 19, p. 80-108, 2015. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i19p80-108. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/90786>. Acesso em: 26 maio. 2021.

SOUZA, Beatriz Maria Silva de Lyra. **A Vila da Enseada - Um anteprojeto de requalificação arquitetônica-paisagística da Vila dos Pescadores de Jaraguá a partir dos valores patrimoniais.** Trabalho Final de Graduação. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Propostas de Atividades para 9ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas.** Maceió: 2019. Disponível em: <Resultado - Propostas selecionadas — Editais (ufal.br)>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

_____. **9ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas lança chamada pública para compor programação.** Maceió: 2019. Disponível em: <9ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas lança chamada pública para compor programação — Universidade Federal de Alagoas (ufal.br)>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

_____. **Ufal lança oficialmente a 9ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas.** Maceió: 2019. Disponível em: <Ufal lança oficialmente a 9ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas — Universidade Federal de Alagoas>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 615 p. Disponível em: <a14v1531.pdf (scielo.br)>. Acesso em: 23 de maio de 2021.